PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI No.143/99.

CRIA A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES- JARI - E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRITO, Estado do Rio Grande

do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao dispositivo na Lei federal No 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito - COTRAN, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei, nos termos da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI - , órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra as sanções impostas pelo Município, em cumprimento a sua competência disposta no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Parágrafo único - A JARI será composta de 03 (três) membros, a saber:

I - um servidor do município indicado pelo Prefeito Municipal, que presidirá;

II - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil / Seção REGS;

III - um representante da Secretaria de Serviços Urbanos e Saneamento;

- §1º Cada membro do JARI possuirá um suplente, indicado pelo respectivo órgão.
- \$2° Após a indicação, os membros da JARI, e seus suplentes serão nomeados por Portaria do Prefeito Municipal, com mandato de duração de 01 (um) ano, vedada a recondução.
- §3° É requisito para integrar a JARI, o conhecimento prévio de legislação de trânsito.
- Art. 3° O Município será responsável pela infra-estrutura da JARI, tomando todas as providências que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento.
- Art. 4° Para atender as despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial sob a seguinte classificação:

0201.03.07.020.2.038 - manutenção da JARI

Parágrafo Único - Servirá de cobertura ao crédito especial R\$ 100,00 (cem reais), que dá a redução da seguinte dotação:

02.01.03.07.020.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Art. 5° - A JARI somente poderá deliberar com totalidade de seus membros.

Art. 6° - Caberá a JARI criar seu regimento interno, segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CERRITO,

em 26 de maio de 1999

Adão Orlando Alves Prefeit Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sec. Adm. e Finanças